

Mulheres, no Piauí, em defesa da redistribuição de terra

Alessandra Maria dos Santos¹

Maria da Conceição Sousa da Silveira²

Jakeline Candida Moraes³

Maciel Glezy dos Reis Costa⁴

Maria Perpétuo do Socorro Paz Martins⁵

Teresa Maria Braga de Moraes⁶

Introdução

*“Não te deixes destruir...
Ajuntando novas pedras
e construindo novos poemas.
Recria tua vida, sempre, sempre.
Remove pedras e planta roseiras e faz doces.
Recomeça.
Faz de tua vida mesquinha
um poema.
E viverás no coração dos jovens
e na memória das gerações que hão de vir”.*
(Aninha e suas pedras – Cora Coralina)

O encorajamento à resiliência e ao recomeço diante de suas situações adversas, expresso no poema de Cora Coralina, pode ser identificado nas ações coletivas que mobilizam mudanças. Em situações de totalitarismo, opressões e ausência dos princípios democráticos, as resistências eclodem enquanto frutos de organizações coletivas dos atores sociais. Sujeitos que se reconhecem com uma causa coletiva são inseridos na militância. Ainda que as discussões sobre militância política se desenrolem acerca de oposição ao poder do

Estado e a permanente luta de classes, convém atentarmos para problematizações que apontam para formas de militância social ou política.

Das múltiplas manifestações de militância impulsionadoras dos movimentos sociais podemos exemplificar a luta pela direito à terra. No Brasil, o Estatuto da Terra, promulgado em novembro de 1964, em pleno período ditatorial, foi extremamente contraditório aos propósitos iniciais: promoção da reforma agrária de maneira justa para que a posse da terra pudesse estender-se das condições de subsistência à qualidade de vida para os camponeses.

Todavia, como destacado, o Estatuto da Terra não contemplou as pretensões da reforma agrária, e diante disso, no fim da década de 1970, grupos de agricultores organizaram-se para discutir e reivindicar o direito à terra. E em 1984 é criado o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a partir do I Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais na cidade de Cascavel, no Paraná (Caldart, 2001).

Assim, com a bandeira de “lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país”, intentos basilares do MST, fincou-se os fundamentos que o consolidou com o maior movimento social da América Latina. E tendo dentre seus objetivos a mudança social, esse movimento não se furtou ao debate das relações sociais que envolvem os poderes, as formas de exploração, incluindo também as relações de gênero. Logo, as mulheres, no MST, participam e ocupam lugar de relevância na luta pela terra e na desconstrução do patriarcado.

Neste sentido, podemos pensar o envolvimento das mulheres na militância política, e, neste caso, em movimento em prol da redistribuição equitativa da terra, como forma de demonstrar seu poder no espaço público. Erasmo Carlos, desde a década de 1970, já

1 Doutora em Educação, pedagoga e professora da rede municipal de Recife. Integrante do grupo de estudos do MEB (GEMEB).

2 Pedagoga, profissional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Coordenadora do Projeto Alfabetizar e Libertar do MEB. Integrante do grupo de estudos do MEB (GEMEB). Voluntária da Cáritas cearense.

3 Graduanda em Pedagogia, diretora executiva do coletivo Voz do Quilombo e coordenadora do grupo de mulheres do MEB/RN. Articuladora do movimento de unificação dos quilombos para a reparação histórica do comitê RN da Ação da Cidadania.

4 Educador popular com formação pelo PRONERA. Atua no setor educacional do MST-PI e coordena turmas de jovens e adultos no projeto EJA Nordeste. Faz parte do grupo de estudos do MEB (GEMEB).

5 Educadora, filósofa, teóloga, pedagoga e psicopedagoga. Integrante de Pastorais Sociais e do grupo de estudos do MEB (GEMEB).

6 Socióloga aposentada da SUDENE e realiza atividades de educação popular pelo MEB, em Recife, na Casa do Pão. Integra o Núcleo MEB Recife.



cantava: “Dizem que a mulher é o sexo frágil, mas que mentira absurda!”. O verso da canção da Jovem Guarda simplesmente constata o que a história das mulheres também evidencia, e busca desconstruir a imagem de fragilidade, docilidade e passividade, que não é (ou talvez não sendo as únicas) características femininas. Se, na História, os registros relacionados às mulheres tentaram esconder seus poderes e suas participações em ações coletivas, em contrapartida, sua vitalidade, coragem e ousadia não puderam ser suplantadas.

É sob o objetivo de analisar a relevância da atuação feminina em movimento em prol da defesa da terra que refletiremos, a partir da narrativa de três mulheres militantes no MST do Piauí, sobre os desafios e anseios que envolvem a militância política feminina. A constituição desta reflexão deu-se, inicialmente, com pesquisa bibliográfica e aplicação de questionário, via aplicativo de mensagens, com perguntas subjetivas relacionadas a dados biográficos e sobre a participação feminina no MST. As perguntas foram respondidas⁷ no próprio aplicativo de mensagens de forma escrita, em que as entrevistadas, puderam expor além de suas memórias, suas percepções individuais e coletivas.

Mulheres: cuidado e defesa da Terra

A reestruturação produtiva nos espaços agrícolas demonstra como a modernização da produção agrícola, por intermédio da ciência, tecnologia e informação, fundamentou (e fundamenta) novas forças produtivas, as quais velozmente impuseram mudanças na produção agrícola tradicional. Assim, o que aparenta ser “modernização do campo”, haja vista o crescimento da produção agrícola, expansão da mão de obra, valorização da terra e consequente crescimento econômico, esconde a concentração dos lucros nas empresas agrícolas, a exclusão socioespacial, a interferência nos recursos naturais e a imposição de novas relações de trabalho.

Se, por um lado, houve mudanças na estrutura produtiva agrícola, por outro, as formas de resistência da classe trabalhadora camponesa foram também reestruturadas e não apenas com outras estratégias, mas com novos atores. Sendo assim, nas novas formas de organização da luta no campo, as mulheres trabalhadoras rurais assumem papel de protagonistas e mais

um desafio em suas rotinas: conciliar o cuidado do lar e família, trabalho na lavoura e militância política. Assim, mulheres erguem suas vozes, instrumentos de trabalho e mãos em prol da defesa da terra, do meio ambiente e da luta por justiça social.

No estado do Piauí, essa luta pela terra é inspirada no exemplo de mulheres como Antônia Maria da Conceição, mais conhecida como Antônia Flor. Trabalhadora rural que residia, há mais de 50 anos, em uma propriedade rural na cidade piauiense de Piripiri. Após a venda da terra, o novo proprietário exigiu a retirada dos antigos trabalhadores que viviam ali há décadas. Mesmo com mais de 90 anos, Antônia Flor resistiu. Reivindicava seu direito de permanecer no local. Foi assassinada em sua residência no dia 1º de dezembro de 1984 (Araújo, 2022). Em memória à luta de Antônia Flor, a data de seu assassinato, no Piauí, marca o Dia Estadual de Luta pela Reforma Agrária.

A história de Antônia Flor impulsionou a luta pela reforma agrária no Piauí e inspirou o envolvimento de mais pessoas, sobretudo mulheres. Essa luta que acrescenta à posse da terra, o direito à alimentação saudável, haja vista, conforme Rachel Carson, vivermos na “Idade dos Venenos” diante da exposição constante a “substâncias químicas perigosas” que desembocam no “envenenamento cumulativo” (Carson, 2010). Nesse enfrentamento, podemos mencionar três mulheres, militantes do MST no Piauí, que lutam contra a exploração da mão de obra camponesa, a posse ilegal da terra por grileiros, bem como o uso de agrotóxicos que contaminam lavouras, terra e água.

Mulheres que destroem obstáculos e constroem novas utopias

Maria da Paz Cruz Gomes reside no assentamento Ernesto Che Guevara, em Palmeirais, no Piauí, em que é uma das dirigentes e já atuou também na direção da associação de moradores desse mesmo assentamento como dirigente-executiva.

Maria da Paz nasceu em 1972, no povoado Formosa, no município maranhense de São Bernardo. Quinta filha de uma prole de 15 filhos do casal José Raimundo Gomes, carpinteiro, e Maria Pereira da Cruz, rezadeira, benzedeira, curandeira. Coursou até o Ensino Fundamental, e diante da necessidade de ter uma terra para trabalhar e morar com dignidade, adentrou ao MST.

Das conquistas obtidas por sua inserção no movimento de luta pela terra, evidenciam-se melhores condições de produção de seus alimentos, de moradia e, como grande triunfo, não ser mais escravizada por

7 O uso dos dados do questionário, bem como identificação das participantes, deu-se por intermédio de autorização em termo consentimento e cessão dos dados.

um patrão. Ou seja, a posse da terra possibilitou independência das relações trabalhistas de exploração e mais-valia da força do trabalho.

Pelo envolvimento nos trabalhos da organização muitos desafios foram se impondo, dentre eles, assumir cargos de liderança no assentamento, e outros ainda se impõem, como orientar cidadãos acerca dos seus direitos, sobretudo, o direito à terra; por isso, a necessidade da permanente luta. Dentre os que necessitam ser trilhados, pondera a importância da permanente luta contra o latifúndio. No esperar para o futuro, Maria da Paz Cruz almeja a superação do agronegócio com produção de alimentos saudáveis e, desse modo, combater o uso de agrotóxicos na produção agrícola com investimentos em alternativas como a agrofloresta.

De forma semelhante a Maria da Paz Cruz, a luta pela reforma agrária para Maria do Carmo Marçal do Val fundiu-se às aspirações da vida, enquanto militante do MST e coordenadora de acampamento. Vive no assentamento Vale da Esperança, localizado na área rural de Teresina. Maria do Carmo Marçal do Val nasceu em 14 de setembro de 1977, na capital piauiense. Filha caçula num grupo de sete filhos de Carlos Alberto do Val, pedreiro e carpinteiro, e Maria do Carmo Marçal, aposentada.

O sonho da posse da terra para morar e produzir alimentos saudáveis, o desejo de liberdade contra os autoritarismos impostos por patrões e empresários latifundiários foram, a priori, a força motriz para Maria do Carmo Marçal do Val se inserir no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Conseguir a posse da terra, para ela, representa a oportunidade de ter trabalho, moradia, alimentos e saúde com qualidade. E o que, no passado, aparentava ser apenas uma utopia, hoje concretiza-se por intermédio do direito à terra: desfrutar de uma vida pacata, numa localidade com baixos índices de violência, ter liberdade quanto ao trabalho e usufruir de saúde advinda do consumo de alimentos saudáveis, ou seja, sem nenhum tipo de agrotóxicos. Embora desfrute, juntamente com sua família, dos benefícios das conquistas da luta pela terra, para Maria do Carmo Marçal do Val tais garantias devem estender-se a outras pessoas.

E ainda que muitas conquistas sejam ressaltadas, obstáculos precisam ainda ser superados, como a ampliação das políticas públicas relacionadas à reforma agrária, a regulamentação fundiária e a desburocratização estatal. Para ela, as políticas públicas

visam à promoção da justiça social por intermédio da redistribuição de terras. Já a regulamentação fundiária objetiva extinguir ou minimizar a grilagem de terras, isto é, a posse ilegal. E a desburocratização pretende garantir o direito à terra por meio de agilidade na liberação das terras para assentamentos.

Mais um exemplo feminino de luta pela terra, no Piauí, é Lucilene Batista da Silva. Militante do MST há 21 anos, atua no setor de educação e gênero. Natural de Teresina-PI, nasceu em 7 de abril de 1983. Filha de Francisca Maria Nunes da Silva, dona de casa, e João Evangelista Batista da Silva, aposentado, que aproveita o tempo para cultivar e criar animais. Ela tem seis irmãos.

Como militante do MST, trabalha no setor educacional. Além da luta pela terra, milita em prol da educação do campo de qualidade, vinculada à realidade dos sujeitos que atuam e residem no campo. Suas ações no setor de gênero do MST visam à ampla participação feminina em todas as esferas da luta e da construção do movimento, bem como evidenciam a importância da participação feminina em todos os espaços sociais.

Em 2010, iniciou sua participação no setor de educação do MST e chegou a gerir uma escola de assentamento, função que, em 2024, passou a ser executada no Centro Estadual de Tempo Integral (CETI) Lucas Meireles Alves, instituição localizada no Assentamento 17 de Abril, em Teresina. O CETI oferta Ensino Médio em tempo integral e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) anos iniciais e finais do Fundamental e EJA Médio.

Além de atuar no setor de gênero e de educação, como gestora de instituição de tempo integral, sua participação neste último setor amplia-se à representação educacional, em nível nacional, do MST-PI, na qual contribui na jornada EJA Nordeste como coordenação sub-regional.

Sua militância no MST, a princípio, deveu-se em razão da luta por moradia, contudo, ao conhecer mais intimamente os objetivos do MST, que não se restringem à luta pela posse da terra e moradia, mas envolvem a reivindicação de igualdade social e dignidade para as pessoas que vivem no campo. Além disso, saúde, educação, produção de alimentos saudáveis, por intermédio da agroecologia, com soberania alimentar, em que todos os sujeitos do campo ou do espaço urbano tenham alimentos saudáveis para consumir. Essas são suas principais reivindicações, enquanto bandeiras de luta.

Das mudanças em sua vida, advindas de sua inserção no MST, aponta suas oportunidades de formações, institucionalizada e política. Quanto à primeira, graduou-se pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e especializou-se em educação do campo. Por tais formações, salienta seu trabalho em instâncias orgânicas do movimento. Quanto à segunda, releva a ampliação do conhecimento acerca dos objetivos basilares do movimento, bem como formação para participar e assumir papéis de liderança dentro dos setores, das coordenações e até mesmo das direções.

Desafio e anseio em relação ao futuro, para Lucilene Batista da Silva, coadunam-se, visto que há a enorme responsabilidade em atuar na direção nacional, mas também há o comprometimento com a população do campo em relação à expansão de desapropriação de terras. Acrescenta-se, inclusive, a necessidade de ampliar sua formação política e de outros, para desarticular a estrutura social de desigualdade e crescente preocupação com a preservação ambiental.

Considerações finais

A epígrafe que abre este texto faz menção ao não se deixar destruir juntando novas pedras e removendo outras, plantando roseiras para recomeçar. O recomeçar com finalidade de se perdurar nos corações e mentes das gerações futuras. Neste sentido, percebemos como o desejo de Antônio Flor de ter a posse da terra em que vivera por tanto tempo não foi concretizado. Todavia, o anelo de Antônio Flor foi concretizado em outra geração, por intermédio de mulheres como Maria da Paz Cruz, Maria do Carmo Marçal do Val, Lucilene Batista da Silva e tantas outras.

Assim, é notória a relevância da participação feminina na luta pela defesa da terra. A garantia da posse da terra para trabalhadoras e trabalhadores camponeses não significa apenas ter lote para cultivar. Amplia-se para a liberdade da expropriação da mão de obra, pois há maior autonomia quanto ao cultivo

agrícola e comercialização. Além disso, há o explícito interesse em que essa produção agrícola seja isenta do uso de agrotóxicos. Esse é um dos objetivos e compromissos do MST, apropriados pelas mulheres, que ficou mais evidenciado.

Ressalta-se que ao declararem seus anseios, expuseram aspirações que não se restringem a anseios individuais, mas coletivos. A inserção no movimento de luta coletiva promove mudanças sociais, mas também nos indivíduos. E é nessa luta que insere o coletivo, mas respeitando o individual, o específico, é que mulheres têm suas peculiaridades, trabalhando pela redistribuição da terra, sem abandonarem o processo educativo formal e não formal, e os debates sobre gênero.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Patrícia C. de. **Antônia Flor e resistências de mulheres camponesas na luta pela terra em Piripiri – Piauí**. 2022. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural), Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

CALDART, Roseli S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, dez. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>. Acesso em: 9 jun. 2025.

CARLOS, Erasmo; NARINHA. **Mulher**. 1981. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/erasmo-carlos/67612/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

CORALINA, Cora. Aninha e suas pedras. In: CORALINA, C. **Vintém de cobre**: meias confissões de Aninha. 4. ed. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1987.